

Comitê Sobre Lei Judaica e Padrões do Movimento Conservativo (CJLS)

Visão Geral do CJLS

fonte: http://www.rabbinicalassembly.org/law/contemporary_halakhah.html

O Comitê em Leis e Padrões Judaicos determina a política de "halachot" para os rabinos da Assembléia Rabínica e para o Movimento Conservativo, como um todo. Seus membros são compostos de 25 rabinos com direito a voto, e por 5 representantes leigos da United Synagogue, sem direito a voto, e por um cantor representando a Assembléia de Cantores, não votante. O Comitê discute todas as questões sobre lei Judaica, que são colocadas pelos membros da Assembléia Rabínica, ou também por algum braço do Movimento Conservativo. Quando uma questão é colocada na agenda, alguns membros do Comitê escrevem "teshuvot" (resposta), as quais são discutidas nos sub-comitês apropriados, sendo então levadas ao Comitê, geralmente em dois encontros separados. Publicações são aprovadas quando é conseguido o voto favorável de, pelo menos, seis dos membros do Comitê. "Teshuvot" aprovadas representam a posição "haláchiqua" oficial do Movimento Conservativo. Os rabinos têm, no entanto, autoridade, como "marei d'atra", de considerar as posições do Comitê, mas tomar suas próprias decisões, se as condições permitirem. Os membros do Comitê podem também apresentar opiniões concorrentes ou discordantes, as quais são anexadas à decisão, mas não ostentam status de reconhecimento.

Quando da revisão de "teshuvot", é importante se lembrar que cada uma destas publicações foi escrito em resposta a um questão específica, colocada por um rabino Conservador. Questões sobre prática da religião devem ser levadas ao seu rabino Conservativo local. Cada rabino é o "mara d'atra" ou o responsável pelas decisões religiosas locais, de uma comunidade em particular. Embora as "teshuvot" apresentadas neste site Web forneçam um fonte inestimável de conhecimento, elas não têm o propósito, nem podem, substituir as opiniões do rabino local.

O Processo Decisório do CJLS

fonte: <http://www.jtsa.edu/cjls/process.shtml>

O Comitê em Leis e Padrões Judaicos é composto de 25 membros votantes. Antes dos encontros de Dezembro, cada membro terá recebido e terá tido tempo de refletir e comentar sobre um grupo de publicações questionando diferentes lados da questão. Em Dezembro, o Comitê se reúne e discute as publicações, quando ocorre a votação, seja para estabelecer alguma legislação sobre a material, seja para pedir discussões adicionais sobre a questão.

A função principal do Comitê de Leis é a oferecer orientação "haláchica" aos rabinos do Movimento, os quais são responsáveis pela determinação da "halachá" em suas comunidades. Rabinos Conservativos estudam as decisões do Comitê de Leis e as seguem cuidadosamente, porque elas dão peso e consistência às instâncias "haláchicas" do Movimento.

É possível, no entanto, que um rabino tenha estudado uma questão em particular e tenha chegado a uma conclusão diferente. Neste caso ele ou ela pode emitir uma decisão "haláchica" diferente daquela do Comitê de Leis. Isto é permitido porque cada rabino tem autoridade como "mara d'atra", tem o poder de decisão religiosa, para sua comunidade, devido à sua ordenação como rabino. Neste casos, a Assembléia Rabínica irá se posicionar para deixar bem claro que a decisão do rabino ou da rabina é pessoal, e não tem a aprovação "haláchica" do Comitê de Leis.

Adicionalmente, há um procedimento onde uma decisão "haláchica" do Comitê de Leis se torna um padrão na prática rabínica, o que significa que deve ser válida para cada um dos membros da Assembléia Rabínica. Por causa do comprometimento ao princípio de "mara d'atra", e ao entendimento da variação de visões haláchicas que pode haver em cada, há muito poucos padrões adotados na prática, mas entre eles destacam-se:

- (1) um membro da Assembléia Rabínica não pode officiar ou comparecer a um casamento ecumênico;
- (2) um casamento não pode ocorrer se a noiva ou o noivo seja divorciado, sem a emissão do "get";
- (3) a linhagem judaica é definida matrilinearmente;
- (4) quando ocorre conversão, deve haver "milá" ou "hatafá dam brit", bem como "miqvé".

Para que uma decisão "haláchica" se torne uma prática rabínica padrão, ela precisa receber pelo menos 80% dos votos da Comissão de Leis, e também deve ser aprovada na convenção anual da Assembléia Rabínica.

Uma breve história sobre o COMMITTEE ON JEWISH LAW AND STANDARDS OF THE CONSERVATIVE MOVEMENT (Comitê sobre Lei Judaica e Padrões do Movimento Conservativo)

- O Committee on Jewish Law and Standards (CJLS), foi fundado em 1927, em Nova York, EUA, por Louis Finkelstein, o então presidente da Rabbinical Assembly – Assembléia Rabínica - (RA), e futuro Reitor do Jewish Theological Seminary (JTS).
- Durante seus primeiros anos, o CJLS tratou de várias questões levantadas pelos rabinos da Assembléia Rabínica. O Comitê era formado por rabinos proeminentes e por professores do JTS. As publicações só eram escritas quando as questões eram complexas ou controversas.
- Em 1950 houve um debate chave sobre a observância do Shabat. O Comitê estava dividido nos assuntos sobre o uso de eletricidade no Shabat e sobre o uso de automóveis para o deslocamento aos Serviços Religiosos nas sinagogas. A visão da maioria aceitava o uso de um automóvel para se chegar aos Serviços na sinagoga, mas restringia o uso de eletricidade.
- Uma decisão crítica, que é menos conhecida, foi uma posição unânime em 1968 de que a corte rabínica central (central bet din) da RA e JTS tem autoridade para anular casamentos Judaicos, quando o marido for incapaz, ou se recusar, de conceder à sua esposa o divórcio Judaico (get). Desde 1968, o Movimento Conservativo não tem o problema da “aguná”, ou seja aquele de uma mulher que não pode casar novamente, porque está “acorrentada” religiosamente ao seu marido.
- O CJLS teve um papel chave na expansão do papel da mulher no culto Judaico. Em 1955 o CJLS permitiu que as mulheres recebessem a honra da “aliá” à Torá. Em 1972 ele permitiu que as mulheres fossem admitidas como testemunhas em documentos religiosos (decisão confirmada em 2002). Em 1973, uma decisão dividida foi estabelecida sobre se a mulher poderia ou não ser contada no “minian”, o quórum necessário para várias partes da liturgia (a permissão foi reconfirmada em 2002).
- O CJLS passou por uma grande reorganização nos anos ´70, no meio de um amplo debate, dentro do Movimento, sobre a ordenação rabínica de mulheres e o papel das mulheres no culto. Em um esforço para tornar o CJLS mais sintonizado com a RA, a nova estrutura do Comitê contemplou um aumento de tamanho e, ao fim, estipulou que as posições suportadas por seis ou mais votos são posições oficialmente validadas pela RA. Todas as posições oficiais, mesmo aquelas conflitantes, são enviadas e recomendadas aos rabinos da RA. A maioria das decisões do CJLS são aprovadas por um amplo consenso. Uma parte minoritária das decisões são divididas. Evoluindo sobre seus procedimentos anteriores, o CJLS começa agora a votar sobre escritos legais (resposta), ao invés de tratar sobre posições demonstradas oralmente.
- O CJLS é composto de 25 membros votantes, todos membros da Assembléia Rabínica (RA). Cada um deles tem um mandato de 5 anos. Quinze cadeiras são nomeadas pelo Presidente da RA, cinco pelo Reitor do JTS e cinco pelo Presidente da United Synagogue of Conservative Judaism (USCJ). Todas as nomeações necessitam de confirmação pelo Conselho Executivo da RA. O Comitê conta também com cinco membros leigos, não votantes, nomeados pelo Presidente da USCJ, além de um cantor não votante, nomeado pelo Presidente

Comitê Sobre Lei Judaica e Padrões do Movimento Conservativo (CJLS)

da Cantors Assembly - Assembléia de Cantores - (CA). A cada ano se encerra um quinto dos mandatos das cadeiras do CJLS.

- A última vez que o CJLS tratou da questão sobre homossexualidade foi em 1992. Uma posição pedindo pela permissão de ordenação e cerimônias de compromisso de "gays" e lésbicas foi rejeitada. Algumas publicações argumentando contra tais permissões foram aprovadas, bem como uma Declaração de Consenso, a qual tem guiado a política do Movimento Conservativo desde então.
- O CJLS, administrado pela RA, tem sido liderado, desde 1992, pelo Rabino Kassel Abelson. O Rabino Abelson, ordenado pelo JTS em 1948, é Rabino Emérito da Sinagoga Beth El em Mineápolis (EUA), sendo Ex-Presidente da RA.